

Desenvolvimento invisível da humanidade cotidiana: Psicologia, Biologia e Cultura

Invisible development of everyday humanity:
Psychology, Biology and Culture

Ana Paula Gomes Moreira¹
Guilherme Brockington²

RESUMO

Este trabalho organiza-se como um estudo teórico, cujo objetivo é debater as implicações da cisão entre as ciências naturais e as ciências humanas para o campo de estudos da Psicologia do Desenvolvimento. Reitera-se que esta cisão irrefletida tem sido perniciosa tanto para a construção quanto para a interpretação de resultados de pesquisas, especialmente, no âmbito daqueles estudos dedicados ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Pretendemos resgatar o lastro da Psicologia Soviética bem como alguns interlocutores da neurociência contemporânea para acentuar que a necessidade de superação desta ruptura já havia sido anunciada e, de muitas maneiras, continua sendo incentivada. Enfatizamos a arena da linguagem como marco orientador desta análise na medida em que aglutina dimensões da síntese entre Biologia e Cultura. Os desdobramentos desta compreensão contribuem, especialmente, com discussões no campo da Psicologia e da Educação.

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento. Cultura. Psiquismo.

ABSTRACT

This work is organized as a theoretical study whose objective is to debate the implications of the split between natural and human sciences for the field of developmental psychology. It is reiterated that this thoughtless split has been pernicious both for the construction and for the interpretation of research results, especially in the context of those studies dedicated to the development of higher psychological functions. We intend to rescue the ballast of Soviet Psychology as well as some interlocutors of contemporary neuroscience to emphasize that the need to overcome this rupture had already been announced and, in many ways, continues to be encouraged. We emphasize the language arena as a guiding framework for this analysis as it brings together dimensions of the synthesis between Biology and Culture. The consequences of this understanding contribute, especially, to discussions in the field of Psychology and Education.

Keywords: Developmental Psychology. Culture. Psyque.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Assis – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6564-9570>. E-mail: anapaulaa.moreira@gmail.com.

² Universidade Federal do ABC – Santo André – SP – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3033-0919>. E-mail: ensinodefisica@gmail.com.

1 Palavras iniciais

Este é um trabalho que não pretende ser inovador. Não é sobre o novo que se debate. É sobre as mazelas do velho que nos consome diária e nefastamente. Todavia, é também sobre as pequenas revoluções das quais participamos cotidianamente. Interessa-nos discutir a perene dicotomia que se estabelece no âmbito do fazer científico, aquela que cinde as humanidades das chamadas ciências naturais e, tantas vezes, aparta a história de ambas.

Pretendemos partir de uma breve explanação das nuances históricas da constituição da Psicologia para, uma vez mais, desnudar seus vínculos e compromissos com aquilo que a faria alcançar o status de Ciência. Neste artigo, organizamos um trabalho teórico, cujo objetivo é considerar as implicações da cisão entre a ciências naturais e as ciências humanas para o campo de estudos da Psicologia do Desenvolvimento. Daí decorre que devemos resgatar o lastro da Psicologia Histórico-Cultural bem como alguns interlocutores da Neurociência contemporânea para acentuar que a necessidade de superação desta ruptura já havia sido anunciada e, de muitas maneiras, continua sendo incentivada. Não buscamos elaborar um estudo do estado da arte e, tampouco, empreender uma análise histórica da Psicologia.

A ideia é estabelecer uma síntese que seja capaz de apontar as principais implicações desta cisão para as práticas na interface entre Psicologia, Educação e Neurociência. Nesse sentido, elegemos a arena da linguagem como possível unidade epistemológica capaz de sobrepujar análises dicotômicas no âmbito de um conteúdo que aglutina dimensões naturais e psicológicas, exatamente, porque se debruça sobre o que é humano. Para tanto, iluminamos o monismo materialista presente na Psicologia Histórico-Cultural como critério metodológico capaz de conduzir esta discussão e resgatamos algumas pesquisas no campo da Neurociência para confrontá-las com esse critério. Defendemos que este trabalho de síntese aponta para a superação necessária do velho ranço de dicotomia que ainda nos surpreende neste cenário.

Se consideramos o materialismo monista como o fundamento que nos orienta, devemos ponderar, assim como acentua a Enciclopédia de Filosofia de Stanford, que: “Existem muitos monismos, o que eles compartilham é que compreendem a constituição dos fenômenos como unidades, o que eles divergem diz respeito ao que atribuem a gênese desta unidade” (ZALTA, 2022, tradução nossa). Assim, não pretendemos e - nem poderíamos pretender - abordar, com os esforços deste artigo, as diversas organizações ontológicas e epistemológicas que se estabelecem na Psicologia.

Reconhecemos que, no interior desta diversidade, mesmo a delimitação dos objetos de estudo da Psicologia é variada. Contudo, preferimos partir da síntese anunciada por De Vos (2019), ao explicitar sua própria experiência como observador dos modos como aparecem estes objetos no interior da literatura psicológica. Segundo sua elaboração, ao confrontar-se com estes objetos, ele sente-se como um Diógenes contemporâneo, segurando uma tocha nas mãos enquanto procura por aquilo que é humano: o psiquismo.

Para que compreendamos o que a Psicologia tem a dizer a respeito do desenvolvimento da humanidade que nos constitui é preciso que estejamos dispostos a desvelar, ainda que minimamente, a sua própria história, ou cientes de que a história funda-se na atividade sensível de pessoas no mundo. Talvez fosse mais apropriado dizer que é preciso que estejamos dispostos a desvelar a Psicologia *na* História. Claro, para o escopo deste trabalho, dedicamo-nos apenas a uma tarefa de anúncio desta posição. Sua análise detalhada já vigora nos estudos daqueles aos quais nos somamos (TOASSA, 2017).

Aqui, neste trabalho, insistimos sobre o seguinte objeto de estudo: a constituição da humanidade cotidiana que não se divide entre os campos biológico e social. Enfatizamos, portanto, a Psicologia Histórico Social e seu legado como a fonte desta unidade. Postulamos, nesse sentido, que as pesquisas recentes no bojo da Neurociência não deveriam se furtar de absorver tal legado. Todavia, também aclamamos aqueles que já o fazem. Deste lugar, organiza-se o estudo feito por Yasnitsky, Van Der Peer, Aguilar e García (2016). Os autores nos oferecem um encontro com um Vigotski não publicado, espalhado em um vasto e profundo

conjunto de cartas e rascunhos. Lá ele surge com espantosa exuberância naquela que teria sido sua última nota, escrita na véspera de uma morte estupidamente breve: “Esta é a última coisa que faço na Psicologia - e vou morrer no cume como Moisés, depois de haver vislumbrado a terra prometida, mas, sem poder alcançá-la. Adeus, queridas criações. O resto é silêncio” (p.314), acrescentou repetindo as palavras de Hamlet.

Por isso, este texto representa um esforço de colaboração com aqueles que escancaram o aparentemente invisível, para que os silêncios sejam ouvidos e as utopias sejam vividas. Dedicamo-nos, também, à recuperação deste Vigotski tantas vezes esquecido, distorcido e rechaçado pela própria Psicologia (MARQUES, 2015). Ao mesmo tempo, desvelamos a sua presença, ainda que não explicitada, nos estudos e pesquisas da Neurociência contemporânea. Para as Ciências Humanas, é uma defesa do fundamento materialista. Para a Neurociência, é um convite que clama sobre a importância do reconhecimento de que qualquer pesquisa nunca deve se furtar de sua tarefa de análise histórica. Entendemos que este seja um passo crucial na defesa da dialética tão cara à Psicologia Histórico-Cultural. A não biologização de fenômenos psicológicos passa pela compreensão definitiva da unidade que se constitui entre a biologia e a cultura.

2 A Psicologia na História

A substância sobre a qual versa a Psicologia relaciona-se, desde tempos ancestrais, às questões que interessam à Filosofia: o que somos, como pensamos, por que fazemos o que fazemos ou por que devemos fazer o que não queremos? E se a história, como fruto da atividade humana, forja e é forjada por determinantes sociais e econômicos, vivemos o cotidiano de uma narrativa dominante. A Ciência, tal como a conhecemos hoje, resulta de um movimento eurocentrado. Nesse sentido, os conhecimentos psicológicos repousam no ventre da efervescência alemã (WALSH; TEO; ABDALA, 2014).

A despeito das controvérsias a este respeito, podemos dizer que antes do século XVIII não se concebia a Psicologia como um campo de estudos autônomos. Assim como também apontam Walsh, Teo & Abdala (2014), o filósofo alemão

Rudolf Goclenius, ao usar a palavra Psicologia no título de um livro, ofereceu as bases para o que, mais tarde, seria a sua institucionalização. Antes do laboratório de Wundt, usualmente apontado como marco desta institucionalização, universidades na Prússia ofereciam cursos de Psicologia e Pedagogia para professores em formação.

Contudo, somente a partir do século XX aconteceu o que podemos chamar de profissionalização da psicologia, ou seja, a existência de um profissional psicólogo, munido de conhecimentos específicos. Esta conjuntura consolida-se, exatamente, no contexto da militarização nazista e avulta para os meandros da segunda grande guerra, em cujo âmbito desvela-se a segunda importante marca da Psicologia tal como a concebemos: os Estados Unidos da América. A Psicologia, aqui, caracteriza-se como a disciplina capaz de oferecer os recursos para o tratamento dos veteranos do massacre (ARAÚJO 2016; WALSH; TEO; ABDALA, 2014).

É claro que estas marcas, por mais profundas que sejam, não determinam a emergência de uma história única e a Psicologia ou Psicologias, como preferem alguns historiadores, desenvolve-se de maneiras diferentes no Brasil, na China ou na África do Sul (SMITH, 2005). De todo modo, uma disciplina que se profissionaliza no interior de um regime nazista acumula marcas (e dívidas) perenes.

É sobre esta multiplicidade de marcas e, conseqüentemente, sobre os variados objetos da Psicologia que nos alerta o estudo de Walsh, Teo & Abdala (2014). Ao longo de muitos anos, a palavra Psicologia nos remete ao estudo da alma, da consciência, do comportamento, da mente ou do cérebro. Na verdade, desta multiplicidade é possível extrair duas grandes forças: uma que concebe a Psicologia a partir de uma orientação das Ciências Naturais e outra que a concebe a partir de uma orientação das Ciências Humanas. À primeira caberia a predição e o controle do comportamento e a investigação de processos mentais associados às chamadas funções cognitivas ou cerebrais. À segunda restaria a investigação das experiências, do sentimento, da vontade e da subjetividade.

Estas duas forças correspondem a um embate antigo que resvala na definição de quais procedimentos seriam efetivamente científicos. O

argumento que iguala Ciência à observação de fatos, usualmente, é acompanhado de seu oposto, que afirma qualquer atividade humana como Ciência. Ambos descuidados e expressivamente perniciosos. Ora, a Ciência, como prática sensível, é uma dentre as atividades humanas produtoras e reprodutoras da existência. Todavia, duas afirmações são necessárias: nem toda prática cotidiana é científica e à Ciência coube (e cabe), requintes específicos dada sua natureza no interior da divisão de poderes econômicos e sociais (DE WALL, 2015).

Isto significa que, ainda que esta seja uma tarefa complexa, é preciso refletirmos sobre quais são as especificidades da Ciência e como e quando ela se diferencia dos demais campos do saber. Para isso, importa que tenhamos clareza sobre as bases que vinculam a produção científica à emergência do capitalismo enquanto modo de produção e, portanto, a estabelecem como atividade produtora e reprodutora de desigualdades sociais. A compreensão sobre esta conjuntura exige que consideremos, por exemplo, a construção e disponibilização de recursos científicos no campo bélico e tecnológico durante, especialmente, a segunda guerra mundial ou, ainda, o papel da ciência no pós-guerra, quando da organização de disciplinas eugenistas no interior das Universidades na Inglaterra e nos Estados Unidos (DE WALL, 2015).

A história de estabelecimento da Psicologia científica, como vimos, constitui-se, exatamente, por meio destas marcas. Parece haver uma insistência em delimitar como cientificamente valoroso aquilo que se alinha ao natural em detrimento do humano. E importa perguntar: de qual humanidade podemos nos abster? A Ciência é uma atividade feita *por pessoas* e, não deveria haver dúvidas, *para pessoas* e, ainda mais pujante, *com pessoas*. Por isso afirmamos: não é o laboratório que delimita o que é científico, neutralidade não é uma possibilidade e objetividade significa unidade entre cognição e afeto. Tal afirmação deve acompanhar a necessária reflexão sobre a delimitação do que é a humanidade, porque esta, muitas vezes, reveste-se de camadas espessas de uma espécie de relativismo espontaneísta (HOJHOLT; SCHRAUBE, 2019).

No campo da Psicologia, internacionalmente, os estudos a este respeito avultam e constituem um campo sólido de debate sobre as relações entre o estudo das humanidades, o capitalismo e a suposta neutralidade. Os trabalhos que assim se articulam já rechaçaram a neutralidade enquanto convocam rigor e objetividade para o campo da ciência psicológica. Nesse sentido, convidam-nos para o exercício de uma Psicologia implicada, consciente de que os vínculos econômicos e sociais constituem a singularidade da subjetividade humana (PARKER, 2017; HOJHOLT; SCHRAUBE, 2019).

No Brasil, o cenário é semelhante. Há muito as pesquisas em Psicologia, ou na interface entre Psicologia e Educação, tem se dedicado ao estudo da síntese entre biologia e cultura, no âmbito de contextos sociais específicos, para a compreensão do psiquismo humano (MAGALHÃES; MARTINS, 2020). Estas pesquisas retomam, certamente, o lastro da Psicologia Histórico-Cultural. No cerne dos trabalhos desenvolvidos por Luria (1979), Vigotski (1991) e Rubinstein (1978) repousa esforços de síntese que reflete a conquista da cultura sobre a biologia. Desde o célebre texto “O significado histórico da crise da Psicologia” Vigotski (1927/1991) enfatiza o risco de que as dimensões biológicas e culturais sejam apartadas no interior de qualquer análise psicológica. Esse lastro, assim retomado, explicita algo de comum que sustenta a organização desta unidade a que nos referimos: a linguagem, especialmente a palavra falada e escrita.

3 A arena da linguagem

Podemos, a partir de Bakhtin (1997), dizer que se a linguagem não é tudo, ela atravessa tudo, uma vez que é organicamente constitutiva da ação humana. Esse movimento dialógico, delimitado pelo som e pela ausência do som, ou seja, pela oralidade e pelo pensamento, culmina na existência do outro, com quem ou sobre quem se fala. Este território da palavra envolve o dito e o não dito e ambos recrutam substâncias significativas e ideológicas, econômicas e sociais, desvelando, sempre, a possibilidade de uso do poder.

Palavra é, pois, manifesto da ausência de neutralidade. Atravessa nossa história evolutiva, carregando elementos da biologia, cotidianamente sofisticados por embates históricos e culturais. Por isso, elegemos a linguagem como possível unidade desveladora dos perigos decorrentes da cisão entre Ciências Naturais e Ciências Humanas. E, assim, ao mesmo tempo, podemos enfatizá-la como a unidade capaz de resguardar uma posição filosófico-metodológica que acentua a constituição da linguagem como processo de desenvolvimento humano a partir da compreensão de que a cultura transforma a biologia.

A Ciência, ou pelo menos aquela que não se exime dessa compreensão, abraça a história e desnuda a perspectiva evolutiva com coragem. Assim, como acentua Wiessner (2015), a descoberta do fogo pelo ser humano, entre 400 mil e 1 milhão de anos atrás, fez com que o controle das chamas mudasse, para sempre, os rumos da espécie. O fogo, guardado em sua aparência de mágica, servia não apenas para cozinhar os alimentos e afastar os predadores, mas também retardava a presença da noite, prolongando, com a luz artificial, aquilo que eles podiam chamar de dia.

Wiessner (2015) investigou os hábitos de linguagem de uma tribo sul-africana de caçadores e coletores, os Ju'hoansi (!Kung) Bushman, que ainda vivem de uma forma bastante similar àquela experimentada por nossos ancestrais. A ancestralidade biológica que nos conecta a um povo como esse comporta um indiscutível valor investigativo. Os resultados revelam diferenças significativas entre as conversas que acontecem à luz do dia e durante a noite. O conteúdo diurno é caracterizado por uma elaboração coletiva de temas relacionados a tópicos econômicos e burocráticos que regem o convívio social. Já as conversas noturnas organizam-se ao redor de fogueiras e mais de 80% delas dizem respeito à contação de histórias. A esta estrutura coletiva e regida por narrativas contadas, estão vinculadas as possibilidades de transmissão e proteção de informações indispensáveis para a sobrevivência do grupo, criação e manutenção de vínculos emocionais, elaboração de conflitos suscitados à luz do dia e estabelecimento das dimensões de confiança e cooperação necessários à perpetuação do povo.

Diversos pesquisadores já relataram como o cozimento dos alimentos afetou as dietas e, conseqüentemente, a estrutura anatômica do corpo e do cérebro humano (ZINK; LIEBERMAN 2016; CARMODY et al, 2016). Entretanto, até o trabalho de Wiessner (2015) pouco se sabia acerca da importância do dia prolongado pelo fogo para o estabelecimento da cultura e da sociedade. Há algo sobre o fogo no meio da escuridão que une, suaviza e também excita as pessoas. A luz do fogo alterou sobremaneira nossos ritmos circadianos. Por isso, é imprescindível buscar entender o que aconteceu nesse espaço iluminado pelo fogo. O que isso fez pelo desenvolvimento humano? O que os resultados de Wiessner (2015) apontam é que histórias, conversas, cerimônias e comemorações à luz do fogo despertaram a imaginação humana e permitiram o desenvolvimento de capacidades cognitivas que nos vinculam emocionalmente aos outros. Mais que isso, as histórias e as narrativas são tratadas aqui como elementos centrais para o estabelecimento dos afetos e das emoções de todo povo. E a imaginação é apontada como função que sintetiza a emergência de cada uma destas possibilidades.

Do ponto de vista da psicologia, é possível dizer que as histórias nos permitem construir um significado para o mundo e para as nossas vidas (FIVUSH et al 2017). A contação de histórias nos ajuda a navegar pelo mundo social, possibilitando a criação de uma narrativa coerente e organizada sobre os eventos vivenciados ao longo do tempo, especialmente levando em consideração aspectos emocionais (MAR, 2018).

Ribeiro (2019) sugere que estas conversas ao redor do fogo, feitas por nossos antepassados mais longínquos, foram a fonte dos primeiros enredos oníricos, cujo símbolo avança para as narrativas sobre o que se sonha, o que se teme, o que se deseja. O fogo organiza pessoas - que alimentadas, protegidas e agrupadas - contam histórias sobre seus próprios sonhos. É intrigante a compreensão de que os sonhos tiveram papel determinante “na crescente capacidade de narrar a existência humana” (p. 42). A necessidade de falar sobre o sonho esteve na gênese de nossa “capacidade de memorizar, relembrar e recontar” (p. 42).

E, assim, a necessidade de guardar a narrativa contada, por sua vez, esteve na base da invenção do registro escrito, como marcas rupestres ou como caracteres grafados em tábuas de argila. A escrita é signo que inaugura a possibilidade da comunicação transgeracional. Ou, como diria Sponville (1997), a palavra escrita habita o espaço “entre a fala e o silêncio, entre a comunicação e a solidão” (p. 35). A escrita eterniza o desejo, exacerba a potência da transmissão, atravessa a morte e constitui a cultura.

Estes estudos recentes iluminam, portanto, a interface que convocamos como central para a elaboração desta discussão: a linguagem é desnudada como unidade entre a biologia e a cultura e carrega a força do desenvolvimento humano conduzido por esta síntese. Por isso, insistimos em retomar o legado de Vigotski cujo conteúdo sustenta, de muitas maneiras, a compreensão de que a linguagem é marca contundente da humanidade que preservamos e que transmitimos. Por isso, nossos esforços até aqui pretendem afirmar que a eleição do critério monista no interior da filosofia materialista pode demarcar a unidade que nunca deveria ter sido rompida nas pesquisas desenvolvidas nos campos da Neurociência e da Psicologia. De outro modo, a não consideração deste critério nos leva para tudo o que temos chamado de biologização e psicologização. À margem desta compreensão, aparentemente óbvia, esmaece o princípio explicativo sem o qual deixamos escapar a substância essencialmente psicológica deste desenvolvimento.

Assim, desde a linguagem, é preciso que voltemos à sua gênese, na infância. Em seu trabalho “A pré-história da linguagem” Vigotski (1931/2000) considera o processo de desenvolvimento da palavra escrita como especialmente caro ao processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores porque destaca a circunstância histórica e artificial das dimensões culturais que determinam a humanidade que compartilhamos. Diferentemente das características de aprendizagem da palavra falada, radicada no lastro social que nos acolhe desde o nascimento, a aprendizagem da escrita é artificial porque depende de procedimentos externos de vinculação dos elementos sonoros da fala a determinados símbolos grafados na pedra, na argila ou no papel.

Do ponto de vista do desenvolvimento infantil, compreende-se que a aprendizagem da palavra escrita requer que um sistema externo de meios se converta em uma função psíquica da própria criança, em uma dimensão do seu comportamento singular. Isto significa que é preciso que a “linguagem escrita da humanidade se converta na linguagem escrita da criança” (VIGOTSKI, 1931/2000, p.185). Este processo, que transcorre da universalidade à singularização, revela a essência dos fundamentos da Teoria Histórico-Cultural e conclama a delimitação do que temos anunciado: a cultura conquista a biologia, a transforma e a revoluciona (MARTINS; LAVOURA 2018).

A “pré-história da linguagem escrita”, ou seja, aquela anterior ao estabelecimento do ato motor que grafa traços em superfícies externas, repousa em dimensões primitivas, prenhes da possibilidade da sua aprendizagem no momento em que a criança estabelece os primeiros signos visuais, seus primeiros contatos mediados com o mundo circundante, sustentado por processos de significação que, ulteriormente, serão capazes de desvelar as nuances da sua própria subjetividade. O gesto é, para Vigotski (1931/2000), o primeiro signo visual estabelecido pela criança. Ali, no gesto, está contida a fonte da palavra escrita. Segundo suas próprias elaborações: “o gesto é a escrita no ar e o signo escrito é, frequentemente, o gesto que se assegura” (p. 186).

É no fundamento da filosofia materialista que se explicita o modo de viver como a gênese da consciência. Não há subjetividade desconectada da materialidade da vida cotidiana, assim como não há vida cotidiana que não se transforme a partir de subjetividades previamente constituídas (GUZZO; RIBEIRO, 2019). Ao transformar a natureza, por meio do trabalho, o homem produz as condições e circunstâncias - objetivas e subjetivas - da própria vida (KOPNIN, 1978). A linguagem é, pois, a gênese da cultura, que demanda o aparato biológico como condição para depois inundá-lo com a potência de suas máximas possibilidades de existência.

4 A alma sensível

O recente e empolgante estudo produzido por Simona Ginsburg e Eva Jablonka (2019) nos convida a refletir sobre esta humanidade que assim se constitui ao apresentar o título “A evolução da alma sensível: aprendizagem e as origens da consciência”. Já no prefácio, elas acentuam que não há nada mais íntimo, acalentador e elusivo do que aquilo que chamamos de experiência subjetiva, ou mais especificamente, consciência (GINSBURG; JABLONKA, 2019).

O estudo e a possível definição do que seja a consciência humana é das tarefas mais controversas já enfrentadas pela Psicologia e por vários outros campos do saber, passando pela Filosofia até a Neurociência e, antes disso, pelos saberes cotidianos produzidos no mundo. É sobre consciência que falamos quando pensamos sobre nossos ancestrais, sobre o fogo, sobre as histórias que contamos e sobre os vínculos econômicos que circunscrevem nossa subjetividade (DE WALL, 2015).

É claro que não pretendemos, no espaço deste artigo, abarcar profundamente cada uma das questões que aqui anunciamos. Se retomamos o objetivo que nos orienta, porém, torna-se evidente a necessidade de que anunciemos as interconexões entre a evolução, a linguagem e a consciência.

A organização histórica da Psicologia já abraçou e rechaçou a possibilidade de que a consciência fosse tomada como seu objeto de estudo. De modo geral, a gênese alemã da Psicologia encarava positivamente a ideia de que o estudo da consciência ou, ao menos, da atividade mental dos sujeitos, fosse tomado como temática de investigação. Já as primeiras tradições estadunidenses de trabalhos psicológicos rechaçaram a intenção de se considerar o possível estudo da consciência. Naquela ocasião, a negação do estudo daquilo que se configurava como obscuro e inacessível significava a chance de que a Psicologia se afirmasse como representante das Ciências Naturais e, portanto, da Ciência propriamente dita (WALSH; TEO; ABDALA, 2014).

Por isso, ao longo da história, o que presenciamos foi, quase sempre, um cenário de luta e oposição. Como se fosse preciso garantir que a Psicologia seja absolutamente Humana ou essencialmente Natural. É como se a especificidade

humana devesse ser garantida como propriedade de uma ou outra acepção, resvalando, exatamente naquilo que Bourdieu (2004) chamou de disputa de campo.

Ora, desde as linhas iniciais deste trabalho, insistimos que as tentativas de superação dessa cisão vigoram e repousam, usualmente, sobre a ontologia materialista, sobre a lógica dialética ou sobre a filosofia monista. É assim que buscam se organizar, não de maneira inequívoca e, sempre controversa, os estudos de Vigotski e de seus interlocutores (YASNITSKY; VAN DER PEER; AGUILAR; GARCÍA, 2016), a obra de Martín-Baró (1986/1998), os apontamentos de Freire (1979) e, até, os trabalhos de Damasio (2021).

Os estudos que se estruturam a partir desta perspectiva compreendem, de uma maneira ou de outra, que o aparato cerebral, desde suas partes mais primitivas até a emergência do mais recente córtex pré-frontal, é base fundante da possibilidade da existência humana. Por outro lado, todos reconhecem que os processos culturais funcionaram - e funcionam - como envoltório propulsor das especificidades mais singulares desta existência (WENTE et al 2016; VANDERVERT, 2018).

Por isso, insistimos, emana da própria Ciência, especialmente, na interface entre a Psicologia e a Biologia, o clamor que insiste na superação das velhas (e ainda novas) dicotomias. Por outro lado, não é raro depararmos com estudos que se debruçam exatamente sobre esta interface sem, no entanto, aprofundarem-se sobre a substância humana a partir de uma perspectiva que não resvale, outra vez, na referida cisão.

Nesse sentido, enfatizamos um trabalho que revela que a atividade de cuidar de crianças atua sobre uma circuitaria cerebral específica, especialmente áreas límbicas e subcorticais relacionadas aos processos de vigilância, recompensa e àquilo que chamamos de empatia. Isto quer dizer que, quando vivenciam a experiência da maternidade ou paternidade, mães e pais têm seus cérebros significativamente modificados. Todavia, para além destas alterações compartilhadas, mães que assumem a posição de cuidadora principal, quando em um relacionamento com homens que atuam como cuidadores secundários, apresentam uma ativação exacerbada da amígdala, uma estrutura cerebral

fortemente relacionada ao processamento emocional. Esta alteração é exclusivamente feminina. Contudo, quando o estudo inclui casais homossexuais, cujo cuidado é compartilhado entre dois homens, observa-se a mesma hiperativação da amígdala, como acontece com as mães que são cuidadoras principais (ABRAHAM; HENDLER; SHAPIRA-LICHTER; KANAT-MAYMON; ZAGORY-SHARON; FELDMAN, 2014).

Aqui, no bojo das discussões que fizemos, é preciso que reflitamos sobre a magnitude de uma pesquisa como essa. É fundamental que tenhamos a oportunidade de vislumbrar este enredo que vincula a fisiologia do cérebro com a sensação e oferecimento de cuidado e todas as suas nuances possíveis. Todavia, quando habitamos a cisão que nos afasta enquanto representantes das ciências naturais ou partidários das humanidades, há a presença de um risco contundente: a interpretação apressada sobre este resultado pode dizer que, para homens, pais, basta que haja vontade para que sejam cuidadores presentes e engajados.

Ora, para as ciências humanas e sociais, a categoria vontade é historicamente estudada a partir de epistemologias diversas. Importa a percepção do gênero, da sociedade dividida em classes, da organização do trabalho formal e informal, do acesso às políticas de saúde e assistência e de tantas outras circunstâncias essenciais. Logo, importa, primordialmente, se consideramos o constructo vontade como uma espécie de virtude inata ou extra material, ou se a percebemos como parte integrante de um sistema de funções psicológicas que se organizam dialeticamente a partir da atividade e das relações materialmente determinadas. Para esta última opção, no interior da qual nos localizamos, não basta que se apresente ou interprete uma evidência científica sem que se debata o conceito de vontade. Não se trata de culpabilização ou de omissão, mas do entendimento de que aquilo que concebemos como vontade também precisa ser debatido.

Aqui, mais uma vez, o corpo de estudos da Psicologia Histórico-Cultural é crucial para a compreensão do que seja vontade. É evidente que para nos dedicarmos exatamente a esta questão um outro artigo seria necessário. E isso

nos afastaria do nosso objetivo. Para o que aqui nos propomos, o fundamental é entender que a apresentação de uma alteração fisiológica a partir de uma determinada situação da vida cotidiana não pode anunciar a ideia de vontade como se ela fosse independente de toda a conjuntura psicológica do desenvolvimento das funções superiores. Por outro lado, desconsiderar a alteração fisiológica resultaria em uma compreensão psicológica capaz de anunciar apenas a superficialidade de um fenômeno.

Eis a síntese cujos contornos definem a própria existência humana. Entre os limites da matéria e da subjetividade instauram-se a consciência, a personalidade, o pensamento, a volição. Há muito que só compreendemos a dinâmica desta existência no bojo da síntese entre cultura e biologia. Há menos que vislumbramos que a ciência não deve prescindir deste substrato consistente que repousa em um universo de símbolos cuja magnitude define os meandros da própria circuitaria cerebral (RUBINSTEIN, 1978).

Nesse sentido, é notável que o universo simbólico alcance um lastro indiscutível nos processos neuronais no interior dos quais subjazem a substância onírica. E é louvável que os experimentos mais recentes da Neurociência abracem a potencialidade de pesquisa que repousa nesta encruzilhada. Ao debater esta conjuntura, Ribeiro (2019) recupera a história de Touro Sentado, o chefe indígena que guiou, por meio da interpretação de sonhos, seu povo Dakota no confronto com o exército dos Estados Unidos. O Touro integrava a sociedade do Bisão, um grupo de sonhadores místicos recebedores da premonição.

Do âmbito de um olhar científico despojado de arrogância, surgem as perguntas orientadoras que, a partir de uma perspectiva materialista, nos fazem compreender o papel dos sonhos na organização das memórias que fundamentam os processos de aprendizagem, a organização científica que explica a intuição e as nuances contidas no interior dos processamentos emocionais. O cientista acolhe o que a universalidade humana chama de premonição e, por meio das evidências que alcança, acaba por refutá-la. Todavia, ao considerá-la como objeto de estudo, opera no campo da síntese que a compreende como imprescindível para os sentidos

psicológicos que se constituem a partir de uma experiência do cotidiano. Isto quer dizer que importa investigar como a ideia de premonição, o sonho ou a contação de histórias surgem como expressões das funções psicológicas superiores.

Assim, é imprescindível retomarmos este conteúdo cuja responsabilidade é pavimentar a estrada que conecta a Ciência às máximas possibilidades da existência humana: as teorias psicológicas. Sabemos, há algum tempo, que este abismo não se construiu ao acaso. Colocamo-nos ao lado daqueles que defendem a necessidade desta unidade e percebem sua existência no interior da psicologia Histórico-Cultural (LURIA, 1979).

Obviamente, este argumento não pretende aproximar, indevidamente, estruturas teóricas tão divergentes. Há que se ressaltar, em seus fundamentos, concepções de história distintas, situações sociais díspares e propósitos metodológicos variados. O que pretendemos, portanto, é alcançar sínteses possíveis ou convocar estudos multidisciplinares necessários que não descartem a compreensão sobre o conceito de unidade, essencial à lógica dialética. Ajustes e revisões seriam imprescindíveis. Contudo, a compreensão desta complexidade não deveria nos eximir do enfrentamento da tarefa que avulta. A alma sensível repousa na compreensão do seu lastro evolutivo, é o que nos recordam Ginsburg e Jablonka (2019). A alma sensível emerge de processos evolutivos e, depois, transforma-os. Eis o desafio.

5 Para continuar o debate

O esforço inicial de organização deste trabalho é, na verdade, um convite à reflexão, esperamos, coletiva. Não será a humanidade (ou as humanidades) constitutiva de tudo aquilo que se considera natural? Aquilo que tomamos como natural, nas pessoas, não é uma expressão da síntese biologia-cultura? A alma sensível não é a consequência, sempre em desenvolvimento, sempre em movimento, da evolução como uma lei biológica conectada à sofisticação oferecida pela cultura? A consciência não habita os interstícios desta conexão?

Vale ler e reler as impressionantes palavras de Vigotski (1934/2001), anunciadas quando do fechamento de sua última grande obra:

A consciência se reflete na palavra como o sol em uma gota de água. A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo está para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana. (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 486).

Certamente, que o clamor por esta síntese não pode ser confundido com um arroubo relativista. Temos defendido a importância de reconhecer e estabelecer um critério coeso, fundado, sim, na filosofia materialista. É preciso que não confundamos a essência do movimento dialético como força motriz do desenvolvimento das funções psicológicas com a compreensão escorregadia de que qualquer direção e condição assumida por este desenvolvimento seja, igualmente, saudável. Ao longo do processo de desenvolvimento assim compreendido há evolução e há recuo, mas seu impulso deve ser sempre cuidado e orientado no sentido das suas máximas possibilidades de elaboração. Isso significa a garantia de que cada criança se relacione e se aproprie com o conteúdo produzido por nossa universalidade cultural, nas artes, na matemática, nas ciências, na literatura. Isso requer que haja apoio e intencionalidade sem que haja coerção. Isso demanda que os profissionais de psicologia estejam conscientes do que são e como se desenvolvem as funções psicológicas nas suas dimensões da emoção, da vontade, do domínio da própria conduta.

A vontade, assim compreendida, não emerge em mulheres, homens e crianças desconectadas de suas circunstâncias concretas de existência. Não podemos dizer que basta vontade, ao menos não essa vontade aparentemente espontânea, para que um pai seja pai, para que mães também possam ser mulheres ou para que saibamos que tudo isso vale, igualmente, para crianças criadas por dois pais, duas mães ou por conjunturas familiares diversas. A vontade, vislumbrada nos adultos que almejamos ser ou com quem almejamos conviver, habita a possibilidade de desenvolvimento das crianças que educamos e

das quais cuidamos. Vontade é potencialidade social e política e, essencialmente, é o exercício do pensamento como orientador de uma determinada conduta. E, portanto, perpassa também a organização do Estado. Por outro lado, não podemos negar que as marcas desta vontade repousam na circuitaria cerebral desenhada pelo processo evolutivo.

As ideias que apresentamos aqui, desde a Psicologia na História até o seus possíveis e promissores encontros com o campo da Neurociência resgatam as ideias de Charles Percy Snow, segundo as quais as ciências humanas, por vezes, rechaçam conceitos que, supostamente, pertencem às ciências naturais e que os cientistas naturais, supostamente os verdadeiros cientistas, desconhecem as dimensões psicológicas, sociais e éticas dos problemas científicos (SNOW, 2015).

As implicações desta síntese são vastas e profícuas, especialmente, para a interface entre Psicologia e Educação porque, assim como anunciou Davidov (1988), na medida em que as leis do desenvolvimento psíquico constituem-se como objeto de estudo da Psicologia, o processo pedagógico organiza-se como sua condição. Do mesmo modo, o trabalho pedagógico, objeto da Pedagogia, toma como condição o desenvolvimento das funções psicológicas. Por isso, a compreensão da Psicologia a partir de uma síntese entre Biologia e Cultura, afeta, significativamente, a Pedagogia que daqui decorra.

É porque reconhecemos as marcas das mencionadas dívidas perenes que acumulamos, mas, igualmente, porque reconhecemos as valorosas iniciativas que existem para dirimi-las que ousamos nos referir, no título e no corpo deste trabalho, à humanidade cotidiana. A ênfase sobre a vida cotidiana é, como afirmam Hojholt & Schraube (2016), a mediação possível entre as pessoas singulares e as estruturas sociais que as envolvem. Não é redundante. É necessário.

Desarrollo invisible de la humanidad cotidiana: psicología, biología y cultura

RESUMEN:

Este trabajo se organiza como un estudio teórico, cuyo objetivo es discutir las implicaciones de la escisión entre las ciencias naturales y las ciencias humanas para el campo de estudios de la Psicología del Desarrollo. Se reitera que esta división irreflexiva ha sido perjudicial tanto para la construcción como para la interpretación de los resultados de la investigación, especialmente en el contexto de aquellos estudios dedicados al desarrollo de las funciones psicológicas superiores. Pretendemos rescatar el lastre de la Psicología soviética así como de algunos interlocutores de la neurociencia contemporánea para enfatizar que la necesidad de superar esta ruptura ya había sido anunciada y, en muchos sentidos, continúa alentándose. Destacamos el campo del lenguaje como marco orientador de este análisis en la medida en que reúne dimensiones de la síntesis entre Biología y Cultura. Los desarrollos de esta comprensión contribuyen, especialmente, con discusiones en el campo de la Psicología y la Educación.

Palabras-Clave: Psicología del Desarrollo. Cultura. Psiquismo.

Referências

ARAÚJO, D. F. S. Toward a philosophical history of psychology: An alternative path for the future. *Theory & Psychology*, v. 27, n. 1, p. 87–107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0959354316656062>.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004

CARMODY, R. N; DANNEMANN, M; BRIGGS, A. W; NICKEL B; GROOPMAN, E. E; WRANGHAM, R. W; KELSO, J. Genetic Evidence of Human Adaptation to a Cooked Diet. *Genome Biology and Evolution*, v. 8, n. 4, p. 1091-1103, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/gbe/evw059>

COMTE-SPONVILLE, A. *Bom dia, angústia!* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DAMASIO, A. *Feeling and knowing: making minds conscious*. New York: Robinson, 2021

DE WALL, F. *The bonobo and the atheist: In search of humanism among the primates*, New York: W W Norton & Co, 2015.

DE VOS, J. Neuroscience in Psychology Textbooks: Reclaiming our Non-Psychology. In: BESHARA, R. (Org). *A Critical Introduction to Psychology*. New York: Nova Science Publishers, 2019, p. 36-54.

FIVUSH, R; BOOKER, J; GRACI, M. Ongoing Narrative Meaning-Making Within Events and Across the Life Span. *Imagination, Cognition and*

Personality, v. 37, n. 2. p. 127-152, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.1177/0276236617733824>

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1979

GINSBURG, S; JABLONKA, E. *The evolution of the sensitive soul: learning and the origins of consciousness*. Cambridge: MIT Press, 2019

GUZZO, R. S. L; RIBEIRO, F. M. Psicologia na Escola: Construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 1, pp. 298-312, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.12957/epp.2019.43021>

HOJHOLT, C; SCHRAUBE, E. *Subjectivity and Knowledge: Generalization in the Psychological Study of the Everyday Life*. Los Angeles: Routledge, 2019

KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

LURIA, A. R. Curso de Psicologia Geral: Introdução Evolucionista à Psicologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

MAGALHÃES, G. M; MARTINS, L. M. Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e psicologia escolar. *Revista Educação em Questão*, v. 58, n. 55 p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n55ID19150>

MARTINS, L; LAVOURA, T. Materialismo Histórico-Dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>

MARTÍN-BARÓ. I. Hacia una psicología de la liberación. In: BLANCO, A. (Org.) *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1986/1998, p. 45-61.

MAR, R. A. Stories and the promotion of social cognition. *Current Directions in Psychological Science*, v.27, n. 4, p. 257-262, 2018. DOI:
<https://doi.org/10.1177/0963721417749654>

MARQUES, P. N. *O Vygótski incógnito: escritos sobre a arte (1915-1926)*. 2015. 307f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura Russa) faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

PARKER, I. 'Marxist theory and psychotherapy'. In COHEN, B. M. Z. (Org) *Routledge Handbook of Critical Mental Health*. London and New York: Routledge, 2017, p. 244-250

RIBEIRO, S. *O oráculo da noite*. São Paulo: Companhia das letras, 2019

RUBINSTEIN, S. L. *Principios de Psicología General*. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1978

SMITH, R. The history of psychological categories. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, v. 36, p. 55-94, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.shpsc.2004.12.006>

SNOW, C. P. *Duas Culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

TOASSA G. Resistance and submission in the realm of psychology: A short guide. *History of the Human Sciences*, v. 30, n. 1, p.160-163, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0952695116666727>

VANDERVERT, L. How Prediction Based on Sequence Detection in the Cerebellum Led to the Origins of Stone Tools, Language, and Culture and, Thereby, to the Rise of Homo sapiens. *Frontiers in Cellular Neuroscience*, v12, n. 408, p. 1-13, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fncel.2018.00408>

VYGOTSKY, L. S. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1991

VIGOTSKI, L. S. *La prehistoria del desarrollo del lenguaje escrito. Obras Escogidas, Tomo III*. Madrid: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia. 1931/2000

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1934/2001

WALSH, R. T. G; TEO, T; BAYDALA, A. *A Critical History and Philosophy of Psychology*. Cambridge: University Press, 2014

WENTE, A.O; BRIDGERS, S; ZHAO, X; SEIVER, E; ZHU, L; GOPNIK, A. How Universal Are Free Will Beliefs? Cultural Differences in Chinese and U.S. 4- and 6-Year-Olds. *Child Development*, v. 87, p. 666-676, 2016. DOI: [10.1111/cdev.12528](https://doi.org/10.1111/cdev.12528)

WIESSNER, P. W. Embers of society: Firelight talk among the Ju/'hoansi Bushmen, *PNAS*, v. 111, n. 39, p. 14027-14035, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1404212111>

YASNITSKY, A; VAN DER VEER, R; AGUILAR, E; GARCÍA, L. N. *Vygotski revisitado: una historia crítica de su contexto y legado*. Buenos Aires: Miño y Dávilla, 2016.

ZALTA, E. N. Stanford Eyclopedia of Philosophy, 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/info.html#author-info>. Acesso em 28 fevereiro 2022.

ZINK, K; LIEBERMAN, D. Impact of meat and Lower Palaeolithic food processing techniques on chewing in humans. *Nature*, v.531, p. 500–503, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature16990>

Recebido em outubro de 2020.
Aprovado em março de 2022.